



## 8 MARÇO MULHERES NA RUA PELA VIDA E POR DIREITOS

O SintsprevMa participou das atividades em alusão ao Dia Internacional da Mulher somando com as vozes que foram às ruas pela vida, por direitos e justiça.



...e dia 14 foi dia de pedir  
**Justiça por Marielle**  
e Anderson



Página 4/5/6

### NESTA EDIÇÃO

Página 3

Campanha Salarial dos Servidores  
**Muita luta pela frente**

Página 6

Eleições GEAP  
**Chapa 2 nos representa**



Página 6

Piso da Enfermagem:  
nova proposição seria a saída?

Página 7

Negociação das Carreiras de  
Saúde e Previdência estão em  
andamento

Página 8

**Ditadura Nunca Mais!**

### IMPOSTO DE RENDA 2024 Se você precisa de ajuda, o Sindicato está às ordens

Como já é tradição, o SintsprevMa está oferecendo serviço de elaboração da Declaração Anual de Imposto de Renda aos seus associados e associadas, através de sua assessoria contábil. Os associados devem levar sua documentação até 30 de abril. Veja ↓

**Prazo de entrega da documentação:**

Até 30 de Abril

**Horário de entrega:**

Segunda a Sexta, das 8h às 17h

**Documentos necessários:**

Declaração de Imposto de Renda 2023  
Comprovantes de Rendimentos  
Comprovantes de Despesas Médicas  
Comprovantes de Desp. Educacionais

Depois, é só aguardar. Quando a declaração estiver pronta, o Sintsprev fará contato para que o interessado venha buscar.

## Previdência, Água e Saúde

# A luta é para que, todo dia, todos e todas tenham acesso

Nos primeiros meses do ano, comemoramos o Dia da Previdência Social (24 de Janeiro), o Dia Mundial da Água (22 de Março) e o Dia Mundial da Saúde (7 de abril), por isso nosso Editorial faz uma reflexão: o que essas datas têm em comum?

Há muita conversa entre estes temas, certamente, mas, acima de tudo, há uma pauta comum e central: Previdência, Água e Saúde são direitos fundamentais e é preciso tratá-los como serviços públicos essenciais e lutar para que todos e todas tenham acesso a estes todos os dias. É proteção social, é defesa da vida.

Não por acaso, os serviços públicos nos três setores têm sido alvo constante daqueles que só enxergam oportunidade de lucro em qualquer serviço. O mercado está de olho, todo dia ganhando mais uma fatia dos setores de saúde, previdência e saneamento.

A previdência social que, em 2024, completou 101 anos, tornou-se a maior distribuidora de renda do Brasil e o seguro social do povo brasileiro. Segundo dados do Governo Federal, atualmente, são pagos mais de 39 milhões de benefícios, que garantem proteção social a uma parcela enorme da população brasileira, através de um sistema monumental cujo princípio básico mais importante é a solidariedade.

Estado e sociedade participam do financiamento da seguridade social – onde estão inseridas saúde, previdência e assistência social - visando universalização, ou seja, garantindo que todas as pessoas tenham amparo social e não fiquem à mercê da própria sorte no momento que mais precisam.

A Previdência Social e o Sistema Único de Saúde (SUS) são patrimônios inestimáveis do povo brasileiro. Saúde e proteção social, assim como água, não deveriam ser mercadorias, mas serviço público essencial.

No caso do saneamento (acesso à água), sabemos que os serviços precisam melhorar. Os dados da realidade preocupam quando a gente se lembra que cada um real gasto em saneamento básico significa uma economia de quatro reais em saúde, ou seja, água é fator indispensável à saúde, ao bem-

estar e à vida da população, por isso os serviços precisam ser ampliados e melhorados sim, mas isso só será feito efetivamente pelo poder público.

O atual marco regulatório do saneamento, aprovado no Governo Bolsonaro, exige que, até 2033, todos os municípios alcancem a universalização do abastecimento de água, mas, contraditoriamente, inviabiliza as empresas públicas e de economia mista, principalmente as companhias estaduais, incentivando a privatização.

Ocorre que nos últimos 20 anos, 79% dos investimentos no setor foram feitos pelo poder público. São as empresas públicas que levam água para todos sem distinção e sem visar lucro. As áreas que arrecadam mais ajudam a garantir os serviços para as áreas que arrecadam menos, onde se concentram as populações em situação de maior vulnerabilidade.

A experiência de privatização dos serviços de água e esgoto tem se revelado uma catástrofe no mundo todo. Não é à toa que, entre os anos 2000 e 2020, 312 cidades em 36 países que haviam privatizado os serviços de água e esgoto, voltaram atrás e reestatizaram o setor, após queda na qualidade dos serviços e aumento substancial das tarifas, com prática de preços abusivos. Dentre elas, estão cidades como Paris (França), Berlim (Alemanha) e Buenos Aires (Argentina). No Brasil, as experiências são ainda piores, vide exemplos da cidade de Manaus e do Estado de Tocantins

Por tudo isso, a luta dos trabalhadores do saneamento têm sido contra a privatização, porque Água é um direito de todos, não pode virar lucro de alguns. A categoria faz uma campanha nacional pela aprovação da PEC 6/2021, para incluir, no texto constitucional, o acesso a água potável como um direito fundamental. A PEC já foi aprovada no Senado e iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Nós, trabalhadores/as da saúde e previdência, assinamos embaixo, porque sabemos que serviço essencial não pode ser mercadoria e reafirmamos: **Água, Previdência e Saúde são direitos de todos e todas e deveres do Estado.**



## Círculos de Construção de Paz

O SintsprevMa ofereceu, em janeiro, aos dirigentes, funcionários e associados um momento de reflexão para construção de relações pautadas na paz. A Roda de Diálogo busca fortalecer a empatia no processo das relações pessoais, profissionais e sindicais como condição essencial para a sociedade justa, livre e fraterna que queremos.

As facilitadoras da atividade foram a assistente social e bacharel em Direito Tereza Cristina e a arquiteta e acadêmica de Direito Patrícia.

## Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais

# Mesa Nacional de Negociação Permanente se reuniu no fim de fevereiro sem avanços significativos

A última reunião de negociação entre Governo Federal e Servidores ocorreu no dia 28 de fevereiro. A próxima está sinalizada para Maio, mas dirigentes sindicais reivindicam que ela seja antecipada para Abril. Na ocasião, o secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopez Feijóo, reafirmou a posição do Governo de aguardar a confirmação de aumento extra de arrecadação da União para discutir qualquer possibilidade de reajuste salarial.

Em reunião anterior (dezembro/2023), o Ministério apresentou uma proposta de 9% de correção, percentual semelhante ao conquistado em 2023, porém divididos em duas parcelas iguais de 4,5% para serem incorporadas aos salários nos próximos dois anos: a primeira para maio de 2025 e a segunda em maio de 2026. Na pauta social, haveria uma alteração no valor do vale-alimentação em maio deste ano, que passaria de R\$ 658 para R\$ 1.000. Auxílio-creche e auxílio-saúde teriam 51% de reajuste. Em janeiro deste ano, os trabalhadores apresentaram o contraproposta.

Nossos representantes estão descontentes com a lentidão do processo negocial e com a falta de resposta à contraproposta e afirmam que a própria imprensa já anuncia melhoras no caixa do governo, com um superávit de R\$ 80 bilhões registrado em janeiro.

Para o Fonasefe, “a proposta de congelamento salarial em 2024 é inaceitável e um desrespeito com a categoria”, mas o Fórum esclarece que não recusou qualquer melhoria proposta pelo Governo. O conflito está no reajuste dos salários, porque os servidores já acumularam muitas perdas para aceitar reajuste zero e também querem equiparação nos benefícios,

**Contraproposta** - No início de Fevereiro, o



Fonasefe protocolou a contraproposta unificada dos servidores públicos federais, elaborada com base em estudos e análises das discussões na Mesa Nacional de Negociação Permanente, bem como em debates realizados em assembleias e Plenária Nacional dos Servidores Públicos.

A proposta do governo federal foi rejeitada por não contemplar todas as categorias, especialmente no que diz respeito ao reajuste salarial. Em síntese, o Fonasefe defende equiparação dos benefícios com servidores do Legislativo e Judiciário e reivindica recomposição salarial justa, considerando perdas salariais desde o Governo Temer, conforme explica o quadro abaixo.

**Reação e Mobilização** – Diante dos impasses, o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais tirou indicativo de mobilização nacional para 03 de Abril, cujo principal mote é “Contra o reajuste zero” e previsão de indicativo de greve para Maio, caso as negociações não avancem. Também está prevista a Jornada de Luta “0% de reajuste não dá!” nos dias 16, 17 e 18 de abril, com previsão de Audiência Pública e Marcha em Brasília.

Fonte: Assessoria de Imprensa CNTSS/CUT e Fonasefe

## Contraproposta dos Servidores

O Cálculo considera a perda salarial do Governo Temer até 2025.

Para calcular os reajustes futuros (2024 e 2025), o Fonasefe usou estimativas do Boletim do Banco Central.

Reivindicamos ainda Equiparação dos Benefícios entre as diferentes categorias.

A contraproposta prevê também Assinatura de Termo de Acordo que compromete o Governo a negociar as perdas salariais históricas (Jull 2010 - Ago 2016)

### REAJUSTES PASSADOS

**DIVIDIMOS A CONTRAPROPOSTA EM DOIS BLOCOS PARA ADEQUÁ-LA À DIFERENÇA ENTRE AS CATEGORIAS EM RELAÇÃO AOS REAJUSTES NOS GOVERNOS ANTERIORES.**

#### BLOCO I: Reajuste bianual

2017= 5,0%(Conquista oriunda da greve de 2015)  
2023= 9,0%(Campanha Salarial emergencial)  
Reajuste acumulado = 14,45%

#### BLOCO II: Reajuste em 4 anos

2017 = 5,0%(Conquista oriunda da greve de 2015)  
2018 = 4,75%(Conquista oriunda da greve de 2015)  
2019 = 4,5%(Conquista oriunda da greve de 2015)  
2023 = 9,0%(Campanha Salarial emergencial)  
Reajuste acumulado = 25,28%

### CÁLCULO FINAL

**PARA CHEGAR NO VALOR FAZEMOS A SEGUINTE OPERAÇÃO MATEMÁTICA:**

INFLAÇÃO ACUMULADA - REAJUSTE ACUMULADO =  
REAJUSTE NECESSÁRIO

REAJUSTE NECESSÁRIO + INFLAÇÃO (2024 E 2025) =  
REAJUSTE PROPOSTO

**BLOCO I:** 42,99% - 14,45% = 24,94%  
24,94% + INFLAÇÃO (2024 E 2025) = 34,32%

**BLOCO II:** 42,99% - 25,28% = 14,4%  
14,4% + INFLAÇÃO (2024 E 2025) = 22,71%

## 08 de março | Mulheres na rua, a luta continua

**Dia de Reflexão** | A CUT Maranhão, através da Secretaria Estadual da Mulher Trabalhadora, realizou, no dia 06 de março, Círculo de Diálogos Sobre a Situação da Mulher, abordando três temas, em alusão ao Dia Internacional da Mulher celebrado em todo o mundo no dia 08 de março.

O Sintsprev-MA foi representado no evento por Lucy Mary Martins, Clenir Matos, Mirian Leal, Luís Nascimento e Luís Andrade, além de Margarida Costa que também é da Executiva da CUT MA e Maria Júlia Nogueira, que faz parte da Executiva Nacional da CUT e é Presidenta da CNTSS.

A CUT foi representada, dentre outros dirigentes, pelo seu presidente Manoel Lages que saudou o evento, reafirmando a importância do empoderamento feminino através da informação e pela sua Secretária de Mulheres (também dirigente do SintsprevMa), Margarida Costa, que coordenou a atividade e mediou o diálogo com as convidadas Lúcia Helena Heluy (Juíza da 2ª Vara da Mulher), Rebecca Cossetti (Auditora Fiscal e Chefe do Setor de Fiscalização do Trabalho), Luciana Barros (Chefe de Relações de Trabalho-SERET) e a Vereadora do PT Creuzamar de Pinho.

**Violência Contra a Mulher** - O tema foi abordado pela Juíza Lúcia Helena Heluy, que destacou a importância de tratar sobre o assunto, porque a disseminação das informações ajuda a proteger mais mulheres. Enfatizou ainda que a maioria das mulheres vítimas de feminicídio tentavam sair de relacionamentos abusivos, o que explica porque muitas mulheres que vivem em ambientes de violência não querem denunciar, seja por medo ou por vergonha. Segundo os dados apresentados por ela, ano passado, houve decréscimo no número de feminicídios no Estado, no entanto, nos primeiros meses de 2024 já aconteceram 6 (seis) casos (até o dia 06/03). Apontou ainda que são emitidos cerca de 400 medidas protetivas por mês, no Maranhão. E falou sobre a importância do aluguel social para essas mulheres, pois a maioria delas não tem para onde ir depois da separação.

A Juíza Lúcia Helena informou que a Casa da Mulher Brasileira é o melhor local para a mulher se dirigir para fazer denúncia e ter acompanhamento. É um espaço público, que concentra serviços especializados e multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de diversos tipos de violência. Este atendimento começa com acolhimento e triagem, prevê apoio psicossocial e todo o trâmite judicial - Delegacia, Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública.

**Lei da igualdade salarial e critérios remuneratórios** - Foi o tema abordado por Rebecca Cossetti e Luciana Barros. Rebecca iniciou falando sobre a Lei Nº 14.611/2023, que trata sobre a regulamentação de procedimentos para assegurar que não haja disparidade de salário entre homens e mulheres. Segundo ela, o governo criou uma ferramenta para fazer o levantamento de cargos e salários das empresas para mulhe-



res e homens, visando construir um panorama da situação, identificar desigualdades e buscar equidade nos critérios remuneratórios. As empresas vão precisar acessar um site específico e preencher os dados, junto com as informações que já constam no E-social da empresa. A partir das informações fornecidas, será detectado se há equiparação salarial entre homens e mulheres ou se a empresa precisa se adequar.

A auditora também fez uma reflexão sobre como a inserção da mulher no mercado de trabalho foi e está sendo mais rápida do que a divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres e que isso se reflete no mundo do trabalho, pois o empregador vê a mulher como um empregado com menos disponibilidade, por conta das tarefas domésticas. Rebecca Cossetti apresentou dados que demonstram que os salários das mulheres são 22% menor que os dos homens com o mesmo cargo e apenas 38% das mulheres ocupam cargo de liderança. Em compensação, a mulher tem o dobro de trabalho em casa.

Luciana Barros informou que o Ministério das Mulheres do Governo Federal, disponibiliza várias informações importantes, inclusive as ações e programas que vem sendo desenvolvidos para a mulher, como por exemplo, o Programa Emprega + Mulheres,

instituído pela Lei 14.457/2022, que é destinado à inserção e promoção de mulheres no mercado de trabalho, por meio da implementação de medidas que apoiam a parentalidade, a divisão de responsabilidades parentais e promoção de igualdade de gênero no mercado de trabalho. Discorreu ainda sobre a importância de representatividade feminina nos sindicatos para garantir a discussão de pontos essenciais às mulheres nas negociações coletivas (hoje, apenas cerca de 25% das direções sindicais são ocupadas por mulheres).

**Mulher e participação política** - Creuzamar de Pinho, Vereadora do PT-São Luís, abordou o tema das Mulheres na Política e pontuou a necessidade de abordar o tema também sob a ótica da luta da mulher negra. Lembrou, por exemplo, que o voto feminino completa 92 anos em 2024 e afirmou que enquanto a mulher branca (alfabetizada) lutava pelo direito político de votar, as mulheres negras ainda lutavam pelo básico para sobreviver. Segundo ela, isso tem reflexo nos dias atuais. Apenas 8% de mulheres negras ocupam cargos políticos em pleno século XXI. Creuzamar pondera que a mulher precisa estar nos espaços de decisão para garantir mais direitos e construir mais políticas públicas para as mulheres, além de abrir caminho para outras que virão.

Nas falas que seguiram, a tônica comum foi de que é preciso construir mais políticas públicas para as mulheres, visando que todas possam se sentir seguras, livres, valorizadas e felizes.



## Dia de Luta | Nem a chuva impediu as mulheres de irem às ruas em defesa da vida e da democracia

Em, São Luís, as mulheres se reuniram na tarde do dia 08 em Ato Unificado que se concentrou na Deodoro. Em seguida, saíram em passeata pela rua grande, encontraram as mulheres com deficiência na Praça João Lisboa e terminaram o dia com atividade político-cultural no Cresol/Praia Grande. No meio do caminho, teve muita chuva, que atrapalhou, mas não impediu que a força da mulherada concretizasse o que foi planejado.

As pautas do Ato eram diversas com foco no combate a todas as formas de violência, especialmente o feminicídio, o lesbocídio e transfeminicídio, com punição de agressores, abusadores e assassinos. As mulheres também marcharam por democracia e contra anistia para os golpistas.

**Mulheres do Campo** - De manhã, as mulheres do MST fizeram uma manifestação na Praça Dom Pedro II, com objetivo de apresentar, ao Governador, uma Pauta de Reivindicações das Mulheres do Campo, mas, como de praxe, além de serem impedidas de chegar às portas do Palácio dos Leões, não foram recebidas por Brandão. A tarde, parte das mulheres do campo se somaram ao Ato Unificado.



**Acima, o Ato Unificado da tarde do dia 08. Abaixo, a manifestação das mulheres do MST barradas no Palácio dos Leões durante a manhã.**



**Para lembrar** - o dia 08 de março foi instituído Dia Internacional da Mulher para homenagear 129 operárias americanas que morreram em um incêndio suspeito numa fábrica (março de 1857), no auge da luta que vinham travando por melhores condições de trabalho e jornadas mais justas. Na época, eram submetidas a jornadas de 16 horas, em péssimas condições.

## Março também é mês de pedir justiça por Marielle e Anderson

14 de março, as mulheres também foram às ruas para pedir identificação e punição dos culpados pelos assassinatos da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes.

Desta vez, a voz das ruas teve resposta. No dia 24 de março, o Ministério da Justiça anunciou quem foram os mandantes desse crime brutal.

Os irmãos Domingos Brazão (dep. federal-União) e Chiquinho Brazão (ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Rio) teriam sido, oficialmente, os mandantes.

Segundo matéria da CNN, em 2017, os irmãos Brazão estariam insatisfeitos com a atuação de Marielle Franco na câmara de vereadores, que pedia para a população não comprar lotes em áreas de milícia. “Os Brazão, segundo a polícia, atuam em diversas atividades criminosas, entre as quais milícias e ‘grilagem’ de terras na Zona Norte do Rio de Janeiro, reduto eleitoral da família”.

O miliciano Ronnie Lessa foi o executor do crime e o delegado Rivaldo Barbosa, então chefe da Polícia Civil, por sua vez, atuou para atrapalhar as investigações, participou do planejamento do crime e garantiu a não atuação repressiva da Polícia.

No entanto, parece claro que desvendou-se a ponta do iceberg, mas ainda tem muito a ser desvendado sobre a atuação do crime organizado no Rio de Janeiro e sua relação com a política e todas as instâncias de poder.

## Piso da Enfermagem Para CNTSS/CUT, a saída pode ser uma nova proposição

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) encerrou, em meados de março, as negociações sobre o pagamento do piso da enfermagem, com a Confederação Nacional de Saúde, (CNSaúde), que representa a categoria patronal de estabelecimentos privados e com os representantes dos trabalhadores e trabalhadoras do setor.

Diante da intransigência dos hospitais privados e com o fim das negociações no TST, a CNTSS/CUT está iniciando conversas junto ao Congresso Nacional para que seja feita uma nova proposição da lei, a fim de que não reste qualquer dúvida sobre a sua legalidade.

Segundo Sandro Alex César, secretário de finanças da CNTSS/CUT e presidente da CUT-RJ, essa é a saída encontrada no momento, já que o Supremo apontou que o pagamento do setor privado está sujeito a acordo coletivo e que a norma será referência quando não houver consenso.

“De um lado a gente tem o texto da Emenda Constitucional, do outro tem a decisão do Supremo, que diz que só se consegue avançar se o patrão quiser. Eles não vão fazer. Os patrões estão tentando pegar a tese do Supremo e impor um limitador no pagamento do piso”, afirma Sandro.

Outro grande problema diz respeito à jornada da categoria que sempre esteve em torno de 30 horas semanais, mas o STF definiu que o pagamento do piso salarial é proporcional à carga horária de oito horas diárias, ou seja, 44 horas semanais de trabalho. Assim, jornadas inferiores a isso resultarão na redução do piso.

Fonte: CUT

## CNTSS/CUT faz parte da CHAPA 02 que disputa eleições na GEAP entre 1º e 07 de abril

As eleições para o Conselho de Administração (CONAD) e do Conselho Fiscal (CONFINS) da GEAP Autogestão em Saúde acontecem de 01 a 07 de abril. A novidade é que agora os associados votarão em chapas e não candidaturas individuais. As chapas para o CONAD tem seis candidatos (três titulares e três suplentes) e as chapas para o CONFINS são formadas por quatro candidatos (dois titulares e dois suplentes). Outra novidade é que a votação será totalmente virtual. Durante o período de votação – das 8h do dia 01 até às 18h do dia 07 de abril – o eleitor poderá acessar a plataforma de votos pelo computador ou celular e votar a qualquer momento.

A CNTSS e a Fenasps estão juntas na Chapa 2 - "Em defesa de uma GEAP forte e solidária", formada por lideranças oriundas de entidades nacionais representativas dos trabalhadores e trabalhadoras. A Chapa 02 quer levar a experiência da nossa luta para fortalecer a GEAP e defender os direitos dos associados.

Além da CNTSS e FENASPS, também compõem a Chapa 02, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA); Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT); Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP) e Associação Nacional dos Empregados da GEAP (ANESG).

### Principais propostas CHAPA 02

- Manter a pressão junto ao governo para aumentar o valor “per capita”.
- Discutir e aprovar um plano de recuperação financeira para os associados.
- Reivindicar uma rede de prestadores qualificada nas capitais e interior.
- Lutar pela volta dos Conselhos Regionais nos estados visando fiscalização e maior controle da qualidade dos serviços prestados.
- Manter os pais com dependência financeira no plano.
- Garantir a descentralização das autorizações dos procedimentos para as Gerências Regionais buscando agilidade e qualidade.

Fonte:  
Assessoria  
de Imprensa  
CNTSS/CUT

## Mesa Nacional da Carreira do Seguro Social é instalada em Brasília

Os servidores federais tiveram importante conquista neste Março com a instalação da Mesa de Negociação Nacional Específica e Temporária da Carreira do Seguro Social, após muita cobrança da CNTSS/CUT.

A reunião que selou a consolidação deste novo espaço de diálogo contou com a participação de lideranças das entidades nacionais que representam os servidores do Seguro Social, CNTSS/CUT e FENASPS. Pelo governo federal, estiveram presentes o secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, e representantes da Gestão do INSS.

As entidades nacionais reiteraram a pauta de interesse dos servidores do Seguro Social. A CNTSS/CUT reapresentou o ofício, que já havia sido protocolado junto ao governo federal, em dezembro de 2023, e argumentou sobre a viabilização da execução das propostas pois, além de estudos e fundamentação técnica, estão em sintonia com o Acordo de Greve/ 2022.



De acordo com o secretário Feijóo, os pontos apresentados pelos dirigentes serão analisados e deverão ter sua devolutiva na próxima reunião da Mesa de Negociação. As entidades nacionais dos servidores cobraram do secretário a criação de um calendário permanente com as datas das reuniões da Mesa.

## CNTSS/CUT discute carreiras da Previdência, Saúde e Trabalho com representantes do Ministério da Saúde

A CNTSS se reuniu, no dia 27 de março, em Brasília, com a coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde, Etel Matiello, a secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Isabela Cardoso M. Pinto, e o coordenador-geral de Regulação e Relações de Trabalho na Saúde, Benedito Augusto de Oliveira, para cobrar andamento das discussões iniciadas ano passado sobre carreiras, recomposição das tabelas salariais e demais reivindicações dos servidores da Previdência, Saúde e Trabalho.

A Confederação foi representada pela sua presidenta e também dirigente da CUT Nacional, Maria Júlia Reis Nogueira, e os secretários de Finanças e de Relações Internacionais, respectivamente, Sandro Alex de Oliveira Cezar e José Bonifácio do Monte. A FENASPS, FECAM e CONDSEF também participaram da reunião.

As lideranças cobraram respostas às demandas e propostas apresentadas anteriormente pelos trabalhadores, incluindo respostas sobre o estudo feito DIEESE com referência às questões salariais destas categorias.

Os dirigentes também cobraram a agenda da nova rodada da Mesa de Negociação Temporária das Carreiras da Previdência, Saúde e Trabalho. A presidenta da CNTSS/CUT reiterou que é necessário que esta discussão seja contextualizada a partir da reflexão de situações como as extinções do antigo INAMPS e da FUNASA que levaram a extinção de cargos e a dispersão de trabalhadores para outras áreas.

Maria Júlia também cobrou avanços na implantação da Carreira do Sistema Único de Saúde (SUS). Para ela, “a pandemia expôs a necessidade de valorização dos trabalhadores do SUS. É preciso pensar na carreira para estes trabalhadores, porque historicamente nós somos renegados”. Júlia também ressaltou que já há uma proposta em Mesa, construída pelas entidades.



Etel Matiello informou que está em tratativas a elaboração de uma Nota Técnica sobre o tema, que deve contemplar ainda a categoria médica. Esta Nota, que deve observar as contribuições encaminhadas pelas entidades sindicais, será enviada à ministra da Saúde, Nísia Trindade, para subsidiar o diálogo com o Ministério de Gestão e Inovação (MGI).

Os representantes do Governo também informaram que, em março último, as ministras da Saúde e de Gestão dialogaram sobre a pauta das carreiras da Previdência, Saúde e Trabalho.

Ficou acertado então os seguintes encaminhamentos: sinalização da Nota Técnica (NT) e ofício; verificação junto ao MGI se haverá a instalação da mesa sobre a criação da carreira de auditoria; reforçar com a superintendência do Rio de Janeiro a questão que envolve a perícia do Ministério da Saúde; mesa setorial do Ministério da saúde está na CONJUR para implementação. Além disto, ficou definida que a próxima reunião será em 25 de abril próximo e foi informado que sobre os periódicos haverá a contratação de uma empresa.

# CUT debate os 60 anos do Golpe Militar de 1964 com a retomada da Comissão da Verdade

No dia 1º de abril, o Golpe Militar de 1964 completou 60 anos, marco que jogou o Brasil sob uma ditadura que perduraria por 21 anos, causando enorme impacto social e político para o país.

Para debater esses impactos ainda não resolvidos pelo Estado brasileiro, a CUT realizou, no dia 26 de março, o painel "Ditadura Nunca Mais - A CUT na Luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação". O encontro marca a retomada do processo de organização, atualização e efetivação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça, elaborado em 2015.

José Genoino, historiador, ex-deputado, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores e preso político da Ditadura, fez a abertura do painel. A mesa de debate contou com o ex-ministro dos Direitos Humanos nos governos Lula, Paulo Vannuchi, o ex-deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh e Jana Silverman, professora de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC, com quem a CUT elaborou o relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**O golpe de 1964** - O Golpe Militar consolidado entre 31 de março e 2 de abril de 1964 foi uma conspiração realizada pelos militares contra o governo de João Goulart. O conchavo contra o então presidente foi motivado pela insatisfação das elites com os projetos realizados no governo, em especial as Reformas de Base.

Com a deposição de João Goulart realizada pelo golpe parlamentar, oficializou-se o Golpe Militar de 1964. Os militares, então, apresentaram à nação o Ato Institucional nº 1, que criava mecanismos jurídicos para justificar a tomada de poder. Pouco tempo depois, por meio de eleição indireta, o marechal Humberto Castello Branco foi eleito presidente. A repressão só aumentou nos anos seguintes, com prisões, torturas, desaparecimentos e mortes de centenas de pessoas que ousaram discordar do regime.



## Dia de Mobilização Nacional pela Democracia

Em 23 de março, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, promoveram o Dia Nacional de Mobilização Pela Democracia, com as seguintes bandeiras: Ditadura Nunca Mais (em alusão aos 60 anos do golpe civil-militar); Sem anistia para os golpistas que ameaçaram a democracia brasileira no 08 de janeiro; e Em defesa do povo palestino.

Em São Luís, o dia foi marcado por uma plenária dos movimentos sociais para discutir os desafios do momento e traçar estratégias para a luta unificada, seguida do Samba da Democracia. A programação foi realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis.

No dia 1º de Abril, a Comissão Nacional da Verdade - Núcleo UFMA também realizou Solenidade Cívico-Cultural Por Memória, Verdade e Justiça, na UFMA.



SINTSPREV-MA

Rua Silva Jardim, nº 513 - Centro  
São Luís-Maranhão

Tel: (98) 3232 1937 | Cel: (98) (98) 98889 0006  
Email: sintsprevma@veloxmail.com.br

**GESTÃO 2022/2026**  
**UNIDADE, TRABALHO E TRANSPARÊNCIA**

### SEC. DE ORGANIZAÇÃO

Euzamar Alves Rêgo  
Grenilda de Jesus Silva Saraiva  
Neuza Cristina Oliveira Froz

### SEC. DE FORM. E POL. SINDICAL

José Ribamar Carvalho Novaes  
Maria Julia Reis Nogueira  
Maria Mirian Penha Leal

### SEC. DE COMUNICAÇÃO

Eliete Socorro Matos Ribeiro  
Gina Milse da Silva Sampaio  
Maria Raimunda Sobrinho Rudacoff

### SEC. DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Luís Nascimento Pereira  
Rosemary Santos Durans  
Wagner Machado Spindola Brandão

### SEC. DE SEGURIDADE SOCIAL

Luzia Cardoso Ferreira  
Maria Odete Araújo Campos  
Mary Junia Barros Pereira

### SEC. DE POL. SOCIAIS E CULTURA

Antônio Luís Andrade Soares  
Joel Silva Costa  
Maria das Graças Correia Câmara

### SEC. DE ADM. E FINANÇAS

Lucy Mary Martins Silva  
Margaridade Jesus Santos da Costa  
Wilmar Lopes Ferreira

### SEC. DE APOSENTADOS

Adelaide Regina C. Perdigão Vaz  
Clenir Matos Viana  
Maria da Conceição Araújo Gomes

### SEC. DA JUVENTUDE

Genivaldo Cunha da Rocha  
KésiaCristyne Silva Santana  
Silvia Cristina Sá Lessa

### SUPLENTES DA DIRETORIA

Aldecy Moraes Ribeiro  
Francisco José Caldas Carvalho  
Cacilda Cunha Castro  
Laudineia Santos do Nascimento  
José de Ribamar Lopes Ferreira  
Maria da Graças Souza de Lima  
Silvia Cristina Lopes Ferreira

### CONSELHO FISCAL

Jucileide de Jesus Ferreira Oliveira  
Maria das Doures Barros  
Maria Vitória Silva Andrade

### SUPLENTES DO CONS. FISCAL

Gercina Dalva G. de Sá Menezes  
Marco Aurélio Barros Araújo



informa

SINTSPREV-MA

**Redação, Revisão e Edição:**  
Elziene Lobato e Aracéa Carvalho  
**Arte e Editoração Eletrônica:**  
Aracéa Carvalho